Acervo ISA

FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR
PRESIDÊNCIA

Proc. 3742185
Fls. 200
Rubrica.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data ___/___/___
Cod. GID000099

OF.003/PRESI/Nº 00021/91

Brasília, 06 de maio de 1991

Senhor Ministro,

Tenho o prazer de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência, o Relatório Sintético do Grupo Técnico sobre as comunidades Guarani localizadas no Estado do Mato Grosso do Sul, com o qual estou de pleno acordo.

No aguardo de orientação superior para a solução do caso, aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus votos de respeito e consideração.

CANTÍDIO GUERREIRO GUIMARÃES
Presidente da FUNAI

Exmo. Sr.
JARBAS GONÇALVES PASSARINHO
MD. Ministro de Estado da Justiça
Brasília-DF

SUAF/VFM/ab.

SEP Quadra 702 Sul
Edifício Lex, 3º andar
CEP 70.390 Brasília-DF

7

Acervo ISA

FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

Proc. 3742/85
Fls. 201.
Rubrica:

RELATÓRIO DO GT PORT. 032/91

SITUAÇÃO DOS GRUPOS GUARANI NO MATO GROSSO DO SUL
(Síntese)

No estado do Mato Grosso do Sul, em sua região meridional, vivem dois subgrupos Guarani: os Kaiová, autodenominados Paĩ - Tavyterã, e os Ñandeva, somando uma população superior a 22.000 pessoas.

Seu contato com o mundo dos brancos deu-se mais recentemente que o de outros grupos Guarani mais ao sul, os M'BYÁ, que sofreram com a ação de disputas luso-espanholas, dos bandeirantes e dos jesuítas.

O contahto mais significativo, principalmente dos Kaiová, com os não-índios ocorreu a partir das duas últimas décadas do século passado quando Thomaz Laranjeira implantou a exploração da erva-mate, usando a mão de obra indígena, até o final dos anos cinquenta quando, aos poucos, a economia regional foi-se transformando de extrativa para agropecuária.

Assim, a Companhia Mate Laranjeira foi vendendo, em glebas, a vasta região que ocupava para agricultores e pecuaristas, reservando a mesma empresa, ainda hoje existente, umas poucas fazendas para si, mas igualmente se dedicando às mesmas atividades da maioria.

Com tal transformação, a relação dos índios com os não índios e a terra também sofre profundas mudanças:

1) No tempo em que trabalhavam como mão de obra nos ervais, viviam oprimidos, mas tinham seu patrimônio natural preservado e a própria empresa fiscalizava a região impedindo a entrada de invasores.

2) Com a mudança na economia, ocorre o oposto:

2.1 - os ervais foram sendo destruídos;

2.2 - As matas, em geral, também o foram;

2.3 - A mão de obra indígena passou a interessar apenas temporariamente aos fazendeiros, sendo indesejável a permanência dos índios como moradores;

2.4 - O espaço territorial - o TEKOHA - tradicionalmente ocupado, passou a ser violado, retalhado e devastado pela nova atividade, que é predatória, sendo os índios frequentemente expulsos.

SEP Quadra 702 Sul
Edifício Lex 3º andar
CEP 70.390 Brasília DF

Acervo ISA

3) Na região da grande Dourados que compreende as Terras Indígenas DOURADOS, PANAMBI e PANAMBIZINHO, a ação extrativista da Mate Laranjeira foi mínima, mas ainda assim influenciava no sentido de dificultar a Colonização. Entretanto, as terras férteis acabaram por atrair grande número de famílias que já se implantavam ao longo do ramal ferroviário ligando Campo Grande a Ponta Porã.

Assim, como parte de seu programa nacionalista da "Marcha para o Oeste", Getúlio Vargas, pelo Decreto - Lei nº 5.941 de 1943, fundou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), com 300.000 hectares, compreendendo uma região entre a cidade de Dourados e o Rio Brilhante, justapondo-se às terras indígena das comunidade de Panambizinho (próxima de Vila Cruz, município de Dourados) e Panambi (Lagoa Rica), município de Douradina. Levas de colonos de toda a procedência para lá se deslocaram, desalojando muitas famílias indígenas, forçando a transferência de muitas para Dourados.

Desse modo, na região ao norte de Dourados, implantou-se a pequena propriedade, em decorrência da CAND, enquanto que ao sul de Dourados, como resultado da venda paulatina das terras da Cia. Mate Laranjeira, desenvolveram-se médias e grandes propriedades.

O SPI - Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais - atuando dentro dos princípios positivistas, fez-se presente na região quando, em 1922, o próprio Rondon esteve entre os índios da região de Dourados e Panambi, tendo o seu companheiro Nicolau Horta Barbosa demarcado em Dourados a área de 3.600 hectares, sendo em 1925 fundado o posto.

Em 1952 houve negociações entre o SPI e a CAND para que esta "doasse" uma área de 2.037 ha aos Kaiová de Panambi. No entanto, os colonos titulados continuam ocupando cerca de 1.700 ha e até hoje o impasse não foi solucionado.

A verdadeira proteção das terras Guarani, então, não se deu integralmente já que foi posta em prática a chamada "POLITICA DE ALDEAMENTOS" do SPI que vinha a traduzir-se na demarcação de Reserva onde existisse uma determinada comunidade indígena para, posteriormente, "atrair", para o interior dos limites da mesma, todas as comunidades Guarani circunvizinhas.

Acervo ISA

Dessa forma, as Reservas demarcadas pelo SPI e reconhecidas -SETE ao todo - o que se deu até o ano de 1934 - ou sejam, DOURADOS, CAARAPÓ, AMAMBAI, TAKUAPERI, RAMADA (Sassoró) JACAREY (Porto Lindo) e PIRAJUÍ serviram como catalizadoras das famílias Guarani que habitavam a região daquelas áreas.

Tal expediente foi tentado de várias formas, inclusive à força.

A família extensa, traço cultural básico dos Guarani, e em cujas relações de parentesco se fundamenta a unidade política, econômica e religiosa, tem o seu espaço territorial específico - O TEKOHÁ. (V.nota)

Assim sendo, ainda que, na falta de outra alternativa, uma comunidade Guarani pudesse eventualmente resignar-se com uma outra terra qualquer que recebesse, mesmo de boa qualidade, com córregos e matas, ainda assim, na verdade, ela não estaria satisfeita, pois o que realmente deseja é o seu verdadeiro território - O TEKOHÁ - onde estão seus símbolos religiosos e enterrados seus antepassados.

Sempre foi, portanto, desastroso forçá-la a conviver em terras de outras famílias como historicamente se teima em fazer. E duas razões se destacam:

1) As famílias tradicionais, anfitriãs, consideram-se compreensivelmente as mais importantes, não admitindo que aquelas, oriundas de outros Tekohá, venham rivalizar-se em seus direitos - Por sua vez, as que forem acolhidas, cientes dos costumes, têm que, evidentemente, conformar-se com suas limitações. É criado, assim, um desequilíbrio nas relações intercomunitárias Guarani. Esse é um dos grandes motivos pelos quais muitas famílias recusaram ser transferidas, preferindo ficar próximas de sua terra, ainda que desalojadas.

Com exceção das Terras Indígenas Guaimbé, demarcada em 1981, e Rancho Jacaré, em 1983, cada uma com pouco mais de 700 hectares, as demais Terras Guarani reconhecidas ainda são hoje as SETE da época do SPI.

Com o crescimento natural vegetativo e o cumulativo em decorrência dos vários despejos de outras famílias, de seus respectivos Tekohá, ao longo das décadas, verificamos hoje em todas aquelas reservas, um estado de saturação demográfica que é, sem dúvida, o grande responsável pelos graves problemas que hoje se evidenciam.

Acervo ISA

Proc. 3742/85
Fl. 204
Rubrica

O mais sério vem a ser o da própria luta diária pela sobrevivência. Como os espaços são pequenos para extrair da terra a subsistência - e algumas comunidades nem a possuem - o expediente a que mais recorrem as famílias indígenas é o da contratação, por trabalhos braçais, nas fazendas e destilarias da região, com baixa remuneração. Em geral, os contratados recebem um pequeno adiantamento que deixam com a família e, em seguida, se ausentam, muitos deixando para trás mulher e filhos menores, com destino ao local da empreita onde permanecem por semanas ou meses, também com despesas de sua manutenção, até retornarem a suas casas, já quase sem recursos, para novamente reiniciarem o mesmo ciclo. Os que levam a família também enfrentam sérios problemas nos locais de trabalho.

Outra iniciativa é o da venda de artesanato na beira das estradas, de renda incerta, mas a própria obtenção da matéria prima é dificultada pela progressiva devastação das matas, principalmente entre as comunidades despossuídas de suas terras.

A SITUAÇÃO ATUAL E A QUESTÃO DE DOURADOS
(SÍNTESE)

A situação, acima descrita em síntese, tinha fatalmente que provocar desequilíbrios comportamentais, externado principalmente no alcoolismo e em suicídios, sintoma este que mais se tem agravado.

É preciso reconhecer que as explicações para o grande número de suicídios não se esgotam com a análise da situação fundiária. Há, de fato, um consenso quanto à complexidade do fenômeno, estando a Psicóloga Maria Aparecida da Costa Pereira à frente dos estudos que, dentro de sua disciplina, empenham-se em desvendar fatores específicos que ajudem a elucidar a questão, somando-se assim aos demais aspectos. Trata-se de uma pesquisa de longo prazo que terá certamente o que revelar.

Não resta dúvida, porém - já aqui também havendo consenso - que o problema tem íntima conexão com a questão fundiária, pois conforme já citado, Dourados foi a área que mais recebeu famílias de outras regiões. Dourados,

Acervo ISA

com uma superfície demarcada de 3.539 hectares (sessenta e um a menos que a demarcação original), abriga hoje uma população próxima dos 7.000 índios, de três grupos distintos: Kaiowá e Ñandeva (subgrupos Guarani). E os Terena, de tronco linguístico Aruak, que também lá se estabeleceram, ainda nos anos vinte, convidados que foram pelo próprio SPI, com a finalidade de "ensinarem" aos Guarani a "desenvolverem" sua agricultura, sem que se considerasse um outro traço típico dos Guarani (principalmente os Kaiowá), que se caracteriza por um certo desprezo à produção de excedentes, limitando-se ao bastante para a aquisição dos bens de consumo que necessitem.

Com o passar dos anos, os Terena, que são culturalmente diferenciados aos Guarani, apossaram-se de quase a metade das terras de Dourados, com sua prática agrícola voltada à produção de excedentes, ainda que também enfrentando limitações, mas que lhes atribuiu uma certa "hegemonia" na área.

Constata-se, pois, que a "crise social" porque passam os Guarani Kaiová é uma consequência provocada pela inexistência do espaço físico necessário para a sobrevivência conforme seus costumes e tradições. Afinal, são mais de 22.000 índios para pouco mais de 19.000 hectares desimpedidos.

Uma vez proporcionado as condições de ocupação de suas terras, dado o contexto da expoliação de que foram vítimas por muitas décadas, os Guarani saberão rotomar o equilíbrio em suas relações, neutralizando, inclusive, por extensão, a ação de seitas religiosas, que sempre encontram condições de se instalarem e proliferarem nas comunidades desfavorecidas.

Necessário se tornar esclarecer, porém, que a primeira medida para resolver as pressões de ordem fundiária da Terra Indígena Dourados passa pelo reconhecimento das demais terras Guarani hoje reivindicadas, pois para elas retornariam muitos de seus integrantes.

Essas terras são abordadas em anexo.

Acervo ISA

FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

Proc. 3742/85
Fls. 206
Rubrica.

CONCLUSÃO

Os Guarani vem provando através da História, a capacidade de manutenção de sua identidade étnica e preservação de seus valores frente ao contato com os brancos, com uma determinação que surpreendeu aos próprios especialistas que os estudaram.

O SPI, como vimos, baseado no princípio positivista do evolucionismo humanista, propunha-se a lutar pela autonomia das sociedades tribais brasileiras na certeza de que, uma vez libertas das pressões externas, evoluiriam espontaneamente. "Os índios eram capazes de progredir espiritualmente e para tal era necessário proporcionar-lhe meios (Ribeiro, 1979: 139).

Assim, "o atraso dos índios não decorria de sua propalada incapacidade congênita, mas da exploração e do tratamento desumano a que eram submetidos desde a descoberta", segundo Rondon.

Tal postura trazia, porém, o conceito de negação do índio enquanto sociedade, não prevendo o órgão tutelar sua resistência cultural. E este fundamental aspecto só veio a ser melhor compreendido nos últimos vinte anos, eis que somente em 1989 foi considerado no texto da nova Convenção de Genebra.

Depois de enfrentarem o processo colonizador desenvolvimentista que tomou seus espaços e destruiu-lhes o meio ambiente, constata-se que os Guarani conservam integralmente sua estrutura social baseada, como já citado, na família extensa que fundamenta, entre outros aspectos, a distribuição espacial em diferentes comunidades, portanto, territórios distintos e com eles identificados por laços religiosos. Ou seja, é mais a pessoa do índio que pertence à terra do que o oposto.

Por tais razões, não se pode pretender que famílias de uma determinada comunidade sejam forçadas a conviver no mesmo espaço de uma outra. No entanto, equivocadamente e por força de interesses diversos, foi o que mais se fez com as famílias indígenas daquela região.

Desse modo, objetivando-se evitar que novos casos como o de Dourados surjam, e mesmo corrigir o já existente, o primeiro passo é o de reconhecer as terras há muito reivindicadas - e acatando as dimensões indicadas - das diferentes comunidades Kaiová e Ñandeva.

SEF Quadra 702 Sul
Edifício Lex, 4º andar
CEP 70.390 Brasília-DF

FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

Proc. 3742/85
Fls. 207
Rubrica

PROPOSTAS:

A DESAPROPRIAÇÃO dos imóveis titulados sobre as terras indígenas tem sido uma das hipóteses mais cogitadas para resgatar o espaço vital de seus originais e tradicionais ocupantes.

Como se trata, porém, de medida que envolve aspectos especializados de natureza jurídica e política, torna-se-nos difícil determinar em quantos e quais casos se aplicaria esse expediente, talvez, por exemplo, em terras colonizadas por projetos federais como nas áreas de Panambi e Panambizinho.

O Problema da desapropriação está em que, além do precedente que abre, transmite consigo a idéia de que a área, em questão não se tratasse de Terra Indígena tradicional, quando todas as que aqui abordamos o são.

A alternativa de adquirir terras também envolveria os mesmos problemas apontados e em tons ainda mais fortes.

Não temos dúvidas, com base nos princípios do Indigenato, quanto à legitimidade das pretensões dos índios sobre as referidas terras que representam, por seu lado, o mais importante passo para a solução dos principais problemas, não só das respectivas comunidades, mas também das áreas superpovoadas que as acolhem, como a de Dourados (o caso mais grave), e a de Amambai, que igualmente já começa a preocupar.

O que se propõe, em última análise, é a alternativa mais viável.

As terras de Panambizinho e Sucuri (Maracaju) dependem ainda de um trabalho de identificação mais exaustivo - o que não foi possível nessa missão - a ser executado nos termos do Decreto nº 22 de 04/02/91.

Sobre as seitas religiosas, embora o GT não tivesse a atribuição de estudá-las, é de parecer contrário à sua presença e atuação em terras indígenas, tendo conhecimento dos resultados negativos quanto à pregação e imposição de preceitos estranhos aos costumes e tradições dos índios. Entretanto, o tema é de uma grande complexidade e o que se pode propor no momento é o estudo minucioso de caso por caso, consultando especialistas no assunto.

Brasília., 06 maio de 1.991

ALCEU COTIA MARIZ
Coordenador do GT.

SEF Quadra 702 Sul
Edifício Lex 3º andar
CEP 70.390 Brasília DF

Acervo ISA

FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

Proc. 3742/85
Fls. 208
Rubrica:

QUADRO SINÓTICO DAS TERRAS KAIOVÁ E ÑANDEVA NO MS

TERRAS DEMARCADAS PELO SPI

TERRA INDÍGENA	MUNICÍPIO	SUPERFÍCIE (ha)
1) AMAMBAI	AMAMBAI	2.428
2) CAARAPÓ	CAARAPÓ	3.595
3) DOURADOS	DOURADOS	3.539
4) PIRAJUÍ	PARANHOS	2.118
5) PORTO LINDO	NOVO MUNDO	1.648
6) SASSORÓ	TACURU	1.923
7) TAKUAPERY	CEL. SAPUCAIA	1.886
	Sub Total:	17.137
8) PANAMBI*	DOURADINA	2.037
	Total:	19.174

* A comunidade indígena só dispõe de 240 hectares. Os demais estão ocupados pelos colonos titulados pela CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados)

TERRAS DEMARCADAS PELA FUNAI

1) ALDEIA CAMPESTRE	ANTONIO JOÃO	011
2) GUAIMBÉ	BOCAJÁ	717
3) LIMÃO VERDE	AMAMBAI	668
4) RANCHO JACARÉ	BOCAJÁ	778
		2.174

TERRAS IDENTIFICADAS

1) CERRITO	ELDORADO	2.040
2) GUASUTY	ARAL MOREIRA	930
3) JAGUAPIRÉ	TACURÚ	2.089
4) JAGUARI	AMAMBAI	338
5) JARARÁ	JUTI	590
6) PIRAKUÁ*	BELA VISTA	2.385
7) SETE CERROS	CEL. SAPUCAIA	9.003
8) TAKUARATY/YVYKUARUSU	TACURU	2.475
	Total	19.850

SEP Q. 1 [illegible] Sul
[illegible]
CEP [illegible]

Acervo ISA

Proc. 3742/85
Fls.: 209
Rubrica:

* Recentemente demarcada, mas ainda dependendo de decisão judicial para ser reconhecida como Terra Indígena.

OBS: Somente as comunidades de CERRITO, PIRAKUÁ e TAKUARATY-YVYKUARUSU conseguiram manter a ocupação, ainda que parcial, de suas terras. As demais (Guasuty, Jaguapiré, Jaguary, Jarará e Sete Cerros) foram despejadas ou simplesmente expulsas vivendo de favor nas terras de outras comunidades, ou na periferia das cidades, como no caso da de Jarará, acampada na periferia de Juti

TERRAS A IDENTIFICAR

1)	LIMA CAMPO	?
2)	PANAMBIZINHO*	DOURADOS
3)	SUCURI**	MARACAJU

* A comunidade ocupa dois lotes, em litígio judicial, com 60 ha, a proposta reivindicada soma 1.241 hectares.

** A comunidade está despossuída de suas terras. A proposta reivindicada é de 200 hectares.

Acervo ISA

FUNAI
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DO INTERIOR

Proc.	3742/85
Fls.	210
Rubrica:	

Nota:

TEKOHA - aldeia/comunidade de guarani
Teko - ser, estar, estado de vida, condição, costume, lei, hábito. (Montonya)
ha - lugar

" a palavra TEKO, como na língua que registrou Montoya, continua sendo entre os guarani Pai Tavyterã (kaiowá) atuais, portadora de significados múltiplos: modo de ser, modo de estar, sistema, lei, cultura, norma, comportamento, hábito, condições, costume" (Meliá, G.G., PP 186)."

" Em relação à particula HA, é em Montoya, ainda, que vamos procurar seu significado: ' verbal que se encontra em nomes e verbos: significa instrumento com o que se faz as coisas: modo, causa, intento, fim, tempo, LUGAR ... ' (Montoya). Assim, HA indica o lugar onde se realiza uma determinada coisa: nhembo' e HA indica o lugar onde se reza (nhembo' e = reza). O termo TEKOHA, desta forma, deve ser entendido como o lugar físico. isto é, a aldeia, onde se realiza o sistema, o modo de ser, a cultura, o "estado de vida" dos Pai tavyterã (kaiowá), isto é a comunidade. nhande (nosso) Rekoha (com "r" relativo) portanto, pode ser entendido como 'o lugar em que vivemos conforme nossos costumes' (Meliá, G. Grumberg) 'englobando ao mesmo tempo a idéia de comunidade e aldeia " (Almeida, Rubem F. Thomaz)."

SEP Quadra 702 Sul
Edifício Lex 3º andar
CEP 70.390 Brasília DF